

RESENHA

GIBBS, Raymond W, Jr. (1994) *The poetics of mind: figurative thought, language and understanding*. Cambridge, University Press. 527 págs.

Resenhado por: Maria Isabel Asperti NARDI (PUC-SP)

Palavras-chaves: Estruturas conceituais figuradas; Cognição; Linguagem figurada; Processo de compreensão; Dados empíricos.

Key words: Conceptual figurative structures; Cognition; Figurative language; Process of comprehension; Empirical data.

O cientista cognitivo Raymond W. Gibbs Jr., chefe do Departamento de Psicologia da Universidade da Califórnia, tem grande experiência na área de estudos da linguagem figurada. Nesse livro, uma séria e abrangente, ainda que não exaustiva, revisão das principais discussões da área, o autor apresenta evidências de que nós normalmente não pensamos literalmente, mas figuradamente, via metáfora, metonímia, ironia e outros tropos.

Trata-se de obra inovadora, uma mudança de paradigma teórico e metodológico do autor que, questionando posições anteriores, propõe a adoção de uma abordagem cognitiva da linguagem figurada (nos moldes de Lakoff e Johnson, 1980), e a observação fenomenológica da base figurada do pensamento e da linguagem. O conteúdo é apresentado em 445 páginas, em dez capítulos, em que o primeiro introduz a hipótese cognitiva da linguagem figurada; o segundo discute o literal; o terceiro, quinto e sexto apresentam argumentação teórica e evidências empíricas dos modelos de compreensão da metáfora; o quarto, sétimo e oitavo abordam a ubiquidade do pensar metafórico, metonímico, e irônico na conceituação de diferentes áreas do conhecimento e da vida cotidiana; o nono traz evidência de que até as crianças pensam figuradamente, e o conclusivo apresenta implicações para futuros estudos. A bibliografia traz nomes expressivos de áreas compatíveis como a psicologia, lingüística, retórica, psicolingüística, antropologia, filosofia e literatura. Estudiosos dessas áreas deverão encontrar no livro uma fonte rica de informações, cuja leitura não pressupõe conhecimento profundo da área da metáfora.

“Por que a imaginação poética deveria interessar à ciência cognitiva?” Assim, Gibbs inicia, no primeiro capítulo, a sua argumentação de que suas idéias são contrárias a uma visão do pensamento e da linguagem como inerentemente literais, pois há evidências empíricas de que a cognição humana é fundamentalmente formada por processos poéticos ou figurados. É a esses processos figurados da mente que “Poética da mente” se refere.

Segundo Gibbs, nossas conceituações básicas da experiência, na sua maioria figuradas, determinam nossa maneira de pensar criativamente e de expressar nossas idéias, tanto no discurso cotidiano, como no literário. Essa hipótese cognitiva despertou no autor o desejo de verificar se a linguagem que usamos para falar sobre nossas experiências reflete nossas maneiras de conceituar figuradamente as nossas vidas.

O capítulo 2 aborda o equívoco da visão do significado literal como algo facilmente identificável no pensamento e na linguagem, resultante da crença metafórica de que as palavras são “containers” de significados exatos e que, em enunciações, somos capazes de “passar” esses significados para os nossos interlocutores. Ele descreve tentativas teóricas de definição do literal, como a Teoria Referencial, a de Traços Semânticos e a dos Postulados de Significado, questionadas por não explicarem fenômenos como a polissemia, a ambigüidade e as inovações lexicais.

O autor questiona algumas teorias do literal que não explicam a construção dos conceitos. Para ele, os cognitivistas da linha de Lakoff sugerem que tal construção é baseada no conhecimento, e que o significado literal pode ser o reflexo de tudo que se conhece sobre o conceito correspondente a uma palavra, do nosso modelo cognitivo idealizado (ICM) para tal conceito.

Gibbs termina o capítulo apontando a necessidade de se formar um conceito estável de literalidade (que parece depender da cultura, do indivíduo e do contexto lingüístico), para poder distingui-la da figuração e para que se possa conduzir o debate sobre a compreensão de linguagem figurada sem o problema da multiplicidade de conceitos de significado literal implícitos nas discussões das ciências cognitivas: ora o identificam com o convencional, ora com o significado atribuído a expressões usuais de uma área específica do conhecimento (inclusive figuradas), ou com o significado literal não- metafórico (que define expressões que nunca, em

condição alguma, podem ter mais que uma interpretação), ou ainda com a literalidade das condições de verdade. Concordamos com a visão do autor de que alguns desses conceitos são quase equivalentes e que apenas a literalidade não-metafórica contrasta diretamente com o figurado.

A grande proposta do autor é que, diferentemente daqueles que definem, a priori, o que é literal na mente, devemos aderir à hipótese cognitiva e verificar empiricamente quais são os aspectos da cognição que formam a parte não-metafórica do pensamento e da linguagem.

Apesar da dificuldade de definição do literal, muitos têm tentado verificar o seu papel na compreensão de linguagem figurada. Nos capítulos 3 e 5, Gibbs descreve desde a visão clássica de metáfora como desvio semântico ao nível da palavra, passando pela visão de interação entre os termos envolvidos, para finalmente descrever a hipótese cognitiva.

O autor esclarece que a visão de metáfora como anomalia gerou o modelo pragmático de compreensão, segundo o qual, na compreensão de qualquer metáfora, o leitor precisa analisar o literal da expressão, perceber o desvio, e só então, procurar o significado figurado.

Gibbs descreve pesquisas da psicolinguística que negam esse modelo, concluindo que não há necessidade de análise do literal. Criticando o uso da medida de tempo de reação para tentar inferir processos, o autor questiona a conclusão de que os mesmos processos sejam utilizados na compreensão de linguagem literal e linguagem figurada. Ele deixa, no entanto, de fazer outros questionamentos relativos ao tipo de expressões focalizadas (figuras velhas, de significado figurado já muito convencionalizado), à artificialidade das tarefas de pesquisa, com textos “como pretextos”, e ao fato de a hipótese de não necessidade de análise do literal ser tão especulativa como as outras hipóteses formuladas, tendo em vista a metodologia utilizada. De qualquer maneira, a nova postura do autor em relação aos resultados dessas pesquisas é crítica bastante para reconhecer a possibilidade de processos especiais na compreensão de metáforas, e abre novas perspectivas para pesquisadores.

O autor dedica especial atenção a evidências empíricas de diferentes modelos de compreensão da linguagem metafórica, que tentam

explicar a teoria da metáfora como interação entre os dois termos envolvidos, de Black (1979), que prevê que a compreensão envolve “conceber uma coisa em termos de outra”, não comparar uma coisa com outra, como previam teorias anteriores. Dentre os modelos descritos destacam-se: - o modelo de assimetria da saliência dos atributos compartilhados pelos dois termos, de Ortony (1979); - o modelo da interação entre domínios, de Tourangeau e Sternberg (1981), e - o modelo de inclusão de classe, de Glucksberg e Keysar (1990), em que compreender uma metáfora é definir uma categoria superordenada que inclua os dois termos envolvidos.

Muito interessante, nesse ponto, é a visão de Gibbs de que essas categorias possam existir como parte das nossas estruturas conceituais, como mapeamentos pré-existentes em que a conceituação de um domínio seja realizada com base no conhecimento de outro domínio. A idéia é fascinante! Resta aos estudiosos aceitar a sugestão do autor de adoção da hipótese cognitiva e buscar as evidências.

Gibbs fundamenta sua visão de metáfora como estrutura conceitual na teoria de Lakoff e Johnson (1980), que prediz que o “nosso sistema conceitual, em termos do qual, nós pensamos, falamos, e agimos, é de natureza fundamentalmente metafórica”. As metáforas lingüísticas que permeiam a linguagem humana em todas as suas manifestações (linguagem científica, poética, escrita, oral, gestual, visual,...) não são arbitrariamente geradas pela comparação aleatória de quaisquer dos domínios do conhecimento, mas refletem um conjunto restrito de mapeamentos conceituais metafóricos que estruturam nosso pensamento, raciocínio e compreensão. “Argumentar é guerra”, “tempo é dinheiro”, “a raiva é líquido quente em um container” são alguns mapeamentos metafóricos existentes no sistema conceitual de americanos, dos quais emergem expressões lingüísticas freqüentes na linguagem cotidiana. Interessante notar que esses mesmos mapeamentos metafóricos são refletidos em expressões do português do Brasil, como “derrotei-o no debate”, “gastei meu tempo” e “ele ferveu de raiva”.

O capítulo 4 inteiro é dedicado a evidências empíricas de que muitos aspectos do pensamento e da linguagem cotidianos são suficientemente metafóricos para se considerar a metáfora um modo básico de pensar. Gibbs apresenta evidência empírica, com exemplos interessantes, muito bem detalhados, de como o pensar metafórico não é

privilégio de pessoas especiais, mas é freqüente na linguagem cotidiana e na conceituação de diferentes áreas, de certos fenômenos descritos por teorias científicas, e até do raciocínio legal. O direito de livre discurso, da Constituição Americana, que é apresentado em termos de “mercado livre de idéias”, é um dos inúmeros exemplos detalhadamente explorados pelo autor.

Vale, nesse ponto, observarmos que Gibbs marca progresso em relação a outros autores que abordam a questão da metáfora na ciência, como, por exemplo, Van Besien (1989) que descreve as funções das metáforas em textos científicos, chegando até à tipologia “metáforas pedagógicas” e “metáforas constitutivas de teoria”, em que as primeiras são recursos facilitadores da explicação de teorias que já tenham sido descritas literalmente, e as segundas são parte indispensável de teorias que jamais poderão ser descritas literalmente. As “metáforas constitutivas de teoria” de Van Besien reforçam a visão cognitiva da metáfora, adotada por Gibbs, por evidenciá-la como processo mental básico, em que a apreensão metafórica de um fenômeno ocorre já nas primeiras tentativas de descrevê-lo não como uma alternativa à descrição literal, mas como única possibilidade. No entanto, diferentemente de Gibbs, Van Besien não apresenta evidências empíricas.

Ainda como evidência da natureza figurada do pensamento, Gibbs apresenta a sistematicidade das expressões literais, que diz respeito a expressões convencionais que se agrupam sob um sistema metafórico básico. O autor cita o exemplo de Lakoff e Johnson (1980) de expressões convencionais usadas por americanos para se referirem ao amor, como “look how far we’ve come”, “we are at a crossroads”, “we may have to go our separate ways”, expressões essas que refletem o conceito metafórico básico “o amor é uma viagem”, num forte mapeamento em que as entidades do domínio do amor (amantes, objetivos...) correspondem sistematicamente a entidades no domínio das viagens (viajantes, destinos...). Parece-nos muito significativo que as mesmas expressões existam em português (“veja até onde chegamos”, “estamos numa encruzilhada”, e “devemos seguir diferentes caminhos”).

Outra evidência do pensar metafórico, apresentada pelo autor, é a análise de metáforas poéticas como meras extensões de metáforas convencionais que fundamentam a linguagem cotidiana. Porém, a partir de referências ao trabalho de Steen (1993), Gibbs reconhece a

possibilidade de os poetas criarem novas perspectivas da realidade, novos mapeamentos metafóricos.

Como observação de processo de compreensão de poemas, o autor apresenta pesquisas de Gibbs e Nascimento (1993) que, segundo ele, evidenciam a influência que metáforas conceituais pré-existentes exercem na compreensão.

Quanto aos resultados, os únicos que consideramos válidos são os da pesquisa que usa análise de protocolo verbal na leitura de um poema e que encontrou na fala dos sujeitos inúmeras expressões que refletem metáforas conceituais. As demais pesquisas são questionáveis devido ao procedimento metodológico de apresentação de conceitos metafóricos sobre o amor para que o leitor decidisse qual deles estaria embasando o poema, o que tornou a leitura artificial, e os dados nada espontâneos.

O autor formula a hipótese, bastante plausível a nosso ver, de que as estratégias de compreensão de metáforas devem depender do tipo da metáfora. Se ela for uma instanciação de um conceito metafórico pré-existente, a compreensão pode ser automática; se for uma criação de um novo mapeamento entre domínios conceituais diferentes, mais reflexão deve ser necessária. Surpreendente é o fato de Gibbs só agora ter pensado nessa hipótese, já formulada em Paschoal (1992). Trata-se da velha distinção entre a compreensão do velho e do novo.

O que há de novo no livro é a proposta apresentada no capítulo três de que as teorias que pretendam explicar a compreensão de linguagem figurada dividam o “continuum” temporal em que tal compreensão se desenvolve, em momentos distintos, a saber: o da compreensão imediata sem reflexão, o do reconhecimento do tipo de linguagem sob processamento, o da interpretação do primeiro significado gerado e o da apreciação estética da linguagem. O autor acredita que as teorias têm falhado por tentarem explicar todo o “continuum”, com base em observação dos primeiros milissegundos do processamento. Para ele, nenhuma teoria conseguiu ainda explicar todos os diferentes momentos.

Essa proposta parece ser o ponto mais importante do livro, pois apresenta uma hipótese bastante verossímil, da qual Nardi (1993) apresenta alguma evidência. Nesse trabalho, que investigou compreensão de metáforas em língua materna e em língua estrangeira, destacam-se

dois níveis de compreensão o geral (apreensão do significado proposicional) e o detalhado (apreensão da expressividade), que correspondem a diferentes momentos no “continuum” da leitura. Diferentes teorias foram usadas para explicar os processos envolvidos em cada momento.

Segundo Gibbs, a abordagem cognitiva consegue explicar todos os diferentes momentos do “continuum” da compreensão, desde a apreensão imediata de uma expressão, sem perceber a sua metafóricidade, até a interpretação metafórica, reflexiva.

No capítulo 6, Gibbs revê o trabalho experimental sobre compreensão de expressões idiomáticas, questionando a visão tradicional de que elas sejam simples metáforas mortas cujo significado literal não é mais percebido. O autor tenta expor que muitos exemplos clássicos de metáforas mortas têm raízes figuradas vivas, ainda produtivas, como o exemplo citado das palavras que significam “ver” que, nas línguas indo-européias, em diferentes épocas e lugares, têm adquirido o significado de “compreender”. Gibbs atribui esse fenômeno de extensão de sentido a uma metáfora do sistema conceitual dos indo-europeus: “compreender é ver”.

O autor chama a atenção para pesquisas de psicólogos cognitivistas e de psicolingüistas que têm demonstrado que os significados de muitas expressões idiomáticas são motivados por conhecimento conceitual das pessoas, que inclui esquemas de pensamento metafórico e metonímico.

No capítulo 7, Gibbs discute as evidências empíricas de que a metonímia, assim como a metáfora, não é simplesmente uma figura de linguagem, mas constitui uma maneira natural de referência a pessoas, eventos e situações, processo em que usamos um aspecto bem compreendido de um domínio para nos referir ao domínio todo, ou usamos a menção do domínio como um todo para nos referir a um aspecto saliente.

Além de chamar a atenção para a alta frequência de expressões metonímicas na linguagem convencional em gestos espontâneos, em cenas de cinema etc., o autor apresenta estudos da psicologia cognitiva como evidência de que o pensamento e o raciocínio têm natureza metonímica.

Gibbs argumenta que metonímias refletem mapeamentos metonímicos convencionais pré-existentes em nosso sistema conceitual; daí a facilidade de compreensão de “Hollywood está produzindo muitos filmes ruins”, que deve ter a identificação de seu referente facilitada pela existência da metonímia conceitual “o lugar representa a instituição”.

O autor ressalta que a habilidade de pensar metonimicamente, explorada na produção de textos e também na compreensão, é um dos mais importantes recursos de coesão textual, definindo o que deve ser explicitado e o que pode ficar implícito nas entrelinhas.

No capítulo 8, Gibbs argumenta que, assim como a metáfora e a metonímia, também a ironia é um processo mental básico. As pessoas falam e agem ironicamente por conceituarem muitas de suas experiências em termos irônicos, por perceberem nelas aspectos incongruentes. Para compreender a ironia, o receptor deve estar consciente de que o emissor usa, também conscientemente, uma enunciação para apresentar um confronto de incompatibilidades. Essa consciência da ironia sugere não ser ela mera questão de retórica, mas figura fundamental na mente poética. Gibbs apresenta diálogos que evidenciam a frequência da ironia nas situações sociais, como relações de trabalho e familiares.

Como evidência de que a ironia é um modo natural de pensarmos sobre nossas experiências, o autor chama a atenção para atos não lingüísticos irônicos, como o aplauso irônico (lento, compassado), certos modos de vestir-se como protesto, e ainda o uso de fantasias e imagens em manifestações populares, como crítica irônica aos problemas sociais.

O capítulo 9 apresenta argumentos e evidências empíricas de que crianças são capazes de pensar figuradamente e de usar e compreender linguagem figurada. Elas espontaneamente transferem palavras de um domínio do conhecimento para outro, o que reflete sua habilidade de perceber similaridades entre domínios distantes, a marca registrada do pensar metafórico. Nas suas produções de novos itens lexicais para preencher lacunas do seu léxico, há evidência da influência do pensar metonímico. Essa habilidade revelada nas crianças pequenas nos parece a evidência mais forte de que os modos figurados de pensar estão na mente.

O ponto principal do capítulo, pela sua importância na compreensão da hipótese cognitiva da linguagem figurada, é a argumentação de que o pensamento figurado não é inato, mas construído a partir das experiências do indivíduo com o corpo, idéia originalmente apresentada por Lakoff e Johnson (1980). Nessa visão, as experiências diretas dos bebês com seu corpo e com o espaço, tais como a percepção da direcionalidade “para cima / para baixo”, são frequentemente relacionadas com experiências emocionais (bem estar físico ao ser levantado pelos braços da mãe, mal estar com quedas,...) e formam a base para conceitos figurados como “felicidade é para cima”, “tristeza é para baixo”.

No capítulo final, o autor resume suas principais conclusões:

- * a habilidade de pensar via diferentes tipos de figuras, que se encontra até em crianças pequenas, motiva nosso uso freqüente de linguagem figurada e a sua compreensão. Evidências desse pensar metafórico podem ser encontradas nas teorias científicas, no raciocínio legal e nas artes;
- * o pensar figurado determina mudanças semânticas, os significados lingüísticos que existem nas comunidades lingüísticas, e a consciência que as pessoas têm da motivação do significado de certas expressões;
- * o processamento de linguagem figurada deve variar de acordo com o tipo de figura.

Dentre as implicações para futuras pesquisas, ele sugere verificar:

- * a natureza do significado literal e o seu papel na compreensão de linguagem figurada - e aí sugere a busca de evidências dos aspectos do nosso sistema conceitual que não sejam figurados;
- * se, e até que ponto significados convencionais considerados literais são motivados por esquemas de pensar figurados;
- * quais são as principais figuras de diferentes culturas;
- * se a linguagem que descreve conceitos de diferentes domínios do conhecimento é ou não é figurada;
- * se as estruturas conceituais figuradas influem na compreensão, não só da metáfora mas também de linguagem literal;

Finalmente, Gibbs responde à pergunta colocada na introdução do livro, "Por que a imaginação poética deveria interessar à ciência cognitiva?", argumentando que as ciências cognitivas não podem explicar a mente sem entenderem o caráter poético fundamental do pensamento. O autor apela para que se reconheça o poeta que existe em cada homem, que se reconheça a figuração não como fuga da realidade mas como modo básico através do qual nós nos entendemos e entendemos nosso mundo.

"Poética da mente" é de valor indiscutível para a compreensão dos novos caminhos para os estudos da linguagem figurada, tão bem indicados pelo autor. Há que se buscar evidências da hipótese cognitiva, principalmente quanto à influência do pensar metafórico nos diferentes momentos do "continuum" da compreensão, ponto ainda não esclarecido.

Finalizando, enfatizamos a necessidade de se buscar metodologias adequadas que permitam observar processos utilizados pelo leitor, enquanto realiza a leitura de textos autênticos, tornando as tarefas de pesquisa menos artificiais e os dados mais espontâneos. Nessa linha, técnicas introspectivas têm sido eficazes em observações de processo de compreensão da linguagem figurada, realizadas por um grupo de lingüistas do LAEL da PUC-SP.

(Recebido em 24/05/96. Aprovado em 15/08/96)

Referências Bibliográficas

- NARDI, M.I. (1993) *As expressões metafóricas na compreensão de texto escrito em língua estrangeira*. Mestrado. PUC-SP.
- PASCHOAL, M. S. Zanotto (1992) O processo de compreensão da metáfora na formação de professores de língua materna. In: PASCHOAL e CELANI (orgs.) *Lingüística Aplicada*. São Paulo: EDUC.
- VAN BESIEN, F. (1989) Metaphors in Scientific language. *Communication and Cognition*, 22, 5-22.